**Araucária Nitrogenados S.A.**

***(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. –Petrobras)***

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e relatório dos auditores independentes**

**ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. ‐ Petrobras)*

Índice

[Relatório da Administração 3](#_TOC_250024)

[Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras 8](#_TOC_250023)

[Balanço Patrimonial 11](#_TOC_250022)

[Demonstração de Resultado do exercício 12](#_TOC_250021)

[Demonstração de Resultados Abrangentes 13](#_TOC_250020)

[Demonstração dos Fluxos de Caixa 14](#_TOC_250019)

[Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 15](#_TOC_250018)

[Demonstração do Valor Adicionado 16](#_TOC_250017)

[Notas explicativas 17](#_TOC_250016)

1. [A Companhia e suas operações 17](#_TOC_250015)
2. [Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras 18](#_TOC_250014)
3. [Sumário das principais práticas contábeis 19](#_TOC_250013)
4. [Estimativas e julgamentos relevantes 20](#_TOC_250012)
5. [Novas normas e interpretações 21](#_TOC_250011)
6. Contas a receber 23
7. [Estoques 25](#_TOC_250010)
8. [Fornecedores 25](#_TOC_250009)
9. [Partes relacionadas 25](#_TOC_250008)
10. [Tributos 27](#_TOC_250007)
11. [Benefícios concedidos a empregados 29](#_TOC_250006)
12. [Patrimônio líquido 31](#_TOC_250005)
13. [Despesas por natureza 32](#_TOC_250004)
14. Outras despesas líquidas. 33
15. [Resultado financeiro, líquido 33](#_TOC_250003)
16. [Processos judiciais e contingências 33](#_TOC_250002)
17. [Gerenciamento de riscos 35](#_TOC_250001)

[Diretoria Executiva 38](#_TOC_250000)





0

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Araucária Nitrogenados S.A.**

**‐ 2022 ‐**

**Sumário:**

#### Araucária Nitrogenados S.A. 5

#### Compromissos pós hibernação 6

#### Andamento do processo de desinvestimento 6

#### Resultados financeiros 7

#### Membros da Diretoria Executiva (2022) 7

1. **Araucária Nitrogenados S.A.**

Adquirida em 01/06/2013, a Araucária Nitrogenados S.A. ‐ ANSA é uma subsidiária integral da Petrobras que está situada no estado do Paraná, com atuação no setor de fertilizantes, em especial produção de Amônia, Ureia e ARLA 32.

A fábrica de fertilizantes nitrogenados está localizada no município de Araucária (PR) e foi inaugurada em 18 de março de 1982 pela Petrobras, com capacidade nominal de produção de 437,4 mil t/ano de amônia e 531,6 mil t/ano de ureia.

Em 1993, a Unidade, que pertencia à Petrobras, foi privatizada.

Em 1995 foi realizada uma modernização no reator de amônia e em 2001 uma modernização no reator de conversão de CO, aumentando a capacidade nominal de amônia para 475mil t/ano.

Em 1997 a Unidade de ureia teve um aumento de capacidade para 700 mil

t/ano.

Em novembro de 2011 foi inaugurada a primeira unidade industrial de

produção do Agente Redutor Liquido Líquido Automotivo (ARLA 32) do país, com uma capacidade de 923 mil t/ano, sendo considerada a maior planta de produção de ARLA 32 do mundo.

Até 01/06/2012 a planta industrial da Araucária era uma Unidade Operacional (UO) da Ultrafértil. Na referida data a Ultrafértil foi cindida e esta unidade passou a integrar o patrimônio da Araucária Nitrogenados S.A.

Em dezembro de 2012, a Petrobras assinou acordo com a Vale Fertilizantes S.A. para a compra da empresa da ANSA, aquisição esta formalizada em 01 de junho de 2013. Desde então, a ANSA é uma subsidiária integral da Petrobras.

A Petrobras iniciou o processo de venda da companhia no ano de 2017, em atenção à estratégia da época, de otimização do portfólio e melhoria de alocação do capital. As negociações com a companhia russa Acron Group não lograram êxito, ao final, conforme comunicado ao mercado em 26 de novembro de 2019.

No início de 2020, devido à perspectiva de manutenção das características do seu mercado de atuação e às projeções de resultado negativo, a continuidade operacional da ANSA não se mostrava viável economicamente e, por esta razão, sua acionista única, a Petrobras, decidiu pela hibernação da unidade com o desligamento de todos os empregados próprios, incluindo o pagamento de um pacote de benefícios, além das verbas rescisórias legais, como parte do acordo firmado no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Desde 2020 a fábrica da ANSA está hibernada (paralisação de suas atividades produtivas e comerciais), mas a planta industrial tem sido manutenida, conforme Plano de Hibernação, em condições que garantiram total segurança industrial e ambiental, além da integridade dos equipamentos e a segurança das pessoas.

O desafio foi acrescido em decorrência do cenário pandêmico da COVID‐19, vivido pelo Brasil e pelo mundo, que levou a companhia a tomar ações extras de prevenção e desenvolver um protocolo de segurança com medidas de contenção do vírus respeitando as recomendações da Organização Mundial de Saúde e do Ministério da Saúde.

Em setembro de 2020 a Petrobras reiniciou o processo de desinvestimento da totalidade de suas ações na ANSA, mas em dezembro de 2022 a referida acionista informou, através de fato relevante ao mercado, o encerramento do processo competitivo, que estava na fase vinculante, para a mencionada venda das ações.

1. **Compromissos pós hibernação**

No decorrer de 2022 a companhia fez a quitação dos benefícios referentes ao pacote de indenização proposto no TST para a dispensa coletiva de seus empregados. Os beneficiários tiveram direito ao plano de saúde, plano odontológico, benefício farmácia e benefício educacional, garantidos pelo período de 24 meses após o desligamento, seguindo as mesmas regras de quando estavam ativos. A companhia manteve o canal de comunicação aberto para atendimento das demandas e dúvidas dos beneficiários.

Outro compromisso decorrente do encerramento das atividades da ANSA e do desligamento de todos seus empregados próprios foi o encaminhamento para a finalização do processo de retirada de patrocínio dos planos de previdência privada geridos pela Fundação Petros, quais sejam, Plano Petros Ultrafértil e Plano Petros 2. O processo de retirada de patrocínio teve início em fevereiro de 2020 e foi aprovado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC em dezembro de 2021, com sua liquidação realizada no primeiro semestre de 2022.

A ANSA e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial ‐ SENAI Paraná mantiveram em 2022 o convênio firmado dois anos antes para o Projeto de Recolocação no Mercado de Trabalho e Empregabilidade. O objetivo do convênio é a capacitação e qualificação para o mercado de trabalho, de adultos desempregados em situação financeira vulnerável na cidade de Araucária. Ao todo, foram abertas, ao longo de 2022, 813 vagas gratuitas para cursos de qualificação profissional, cursos técnicos e cursos rápidos de Informática, além de consultoria em soft skills, para o desenvolvimento de habilidades comportamentais voltadas ao mundo do trabalho.

1. **Andamento do processo de desinvestimento**

Conforme dito alhures, o processo de alienação desta subsidiária, que estava na fase vinculante, foi encerrado em dezembro de 2022, sem a venda das ações da ANSA. A partir do referido encerramento, a Araucária Nitrogenados S.A. aguarda avaliação dos próximos passos relacionados ao desinvestimento por parte de sua acionista única, Petrobras.

1. **Resultados financeiros**

A companhia apresentou lucro líquido de R$ 1.472 mil em 2022, resultado obtido principalmente pela atualização monetária do saldo de créditos de PIS COFINS. O fato também impactou positivamente a conta de receitas financeiras, pela maior disponibilidade do valor aplicado.

Importante destacar também a contribuição advinda do esforço realizado pela administração da companhia na redução de custos com a conservação e manutenção da planta hibernada, realizando diversas ações de otimização de recursos.

Em virtude da hibernação de sua planta industrial, a companhia não dispõe de geração de receita para o atendimento de seus compromissos financeiros. No entanto, de acordo com o fluxo de caixa projetado para 2023, não há a previsão de necessidade de aporte da controladora para suportar os compromissos financeiros previstos para o exercício de 2023, nas condições atuais em que se encontra a fábrica.

1. **Membros da Diretoria Executiva (2022)**

Felipe Leonardo Gomes ‐ Diretor Presidente

Herbert Luiz de Araújo Guimarães – Diretor Financeiro Alessandro Moises Serrano ‐ Diretor Administrativo e Jurídico

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da Araucária Nitrogenados S.A.** Araucária ‐ PR

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Araucária Nitrogenados S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Araucária Nitrogenados S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase – Hibernação da planta industrial**

Conforme mencionado na nota explicativa n° 1, chamamos a atenção para o fato que a Companhia, a qual faz parte de um grupo econômico, iniciou o processo de hibernação de sua planta industrial em 13 de janeiro de 2020 e segue o plano de negócios de sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, incluindo a obtenção de suporte financeiro, quando necessário. Neste sentido, R$ 670.000 mil foram aportados no exercício de 2020 para serem

utilizados para honrar seus compromissos até que a decisão final sobre a Companhia seja tomada, que pode incluir a desativação da planta industrial e venda da Companhia. Em quaisquer cenários, a Companhia manterá suas atividades dormentes ou não, por um período superior a 12 meses. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outros assuntos ‐ Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 ‐ Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê‐lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as

decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
* Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo‐nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP‐014428/O‐6 F‐RJ

Ulysses M. Duarte Magalhães Contador CRC RJ‐092095/O‐8

**ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. ‐ Petrobras)*

#### Balanço Patrimonial

*Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ativo** | Nota | **2022 2021** | | **Passivo e Patrimônio Líquido** | Nota **2022 2021** | | |
| **Circulante** |  |  | | **Circulante** |  | | |
| Caixa e equivalentes de caixa |  | 149 | 74 | Fornecedores | 8 | 1.032 | 1.933 |
| Contas a receber, líquidas | 6.1 | ‐ | 306 | Impostos e contribuições | 10.1 | 24 | 35 |
| Contas a receber ‐ FIDC | 6.1 | 92.918 | 59.535 | Salários, férias, encargos e participações |  | 172 | 133 |
| Estoques | 7 | 8.121 | 8.666 | Obrigações com liquidação de planos de pensão | 11.4 | ‐ | 18.445 |
| Imposto de renda e contribuição social | 10.1 | 7.816 | 6.491 | Outras contas e despesas a pagar |  | 623 | 1.138 |
| Outros ativos circulantes | ‐ 19  109.004 75.091 | | | Plano de saúde | 11.4 ‐ 1.354  1.851 23.038 | | |

**Não circulante**

Realizável a longo prazo **Não circulante**

Impostos e contribuições 10.1 52.078 145.415 Provisão para processos judiciais 16.1 409 1.743

Depósitos judiciais 16.1 3.897 315 Outras contas e despesas a pagar 565 28

55.975 145.730 974 1.771

**Patrimônio líquido** 12

Capital social 2.461.721 2.497.051

Outros resultados abrangentes (64.895) (64.895) Prejuízos acumulados (2.234.672) (2.236.144)

162.154 196.012

**Total do Ativo** 164.979 220.821 **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** 164.979 220.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstração de Resultado do exercício

*Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **Nota** | **2022** | **2021** |
| **Receitas (despesas) operacionais** |  |  |  |
| Vendas | 13 | ‐ | 364 |
| Gerais e administrativas | 13 | (318) | (1.995) |
| Tributárias | 13 | (1.399) | (1.216) |
| Reversão de perda pela não recuperabilidade de ativos | 13 | ‐ | 1.225 |
| Efeito líquido da retirada de patrocínio dos planos de pensão e saúde | 13 | (4.250) | 92.942 |
| Outras despesas, líquidas | 14 | (17.526) | (29.369) |
|  |  | (23.493) | 61.951 |
|  |  |  |  |
| **Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos** |  | (23.493) | 61.951 |
| Resultado financeiro líquido | 15 | 24.965 | 2.351 |
| Receitas financeiras |  | 6.046 | 3.511 |
| Despesas financeiras |  | (216) | (4) |
| Variações monetárias e cambiais, líquidas |  | 19.135 | (1.156) |
| **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social** |  | 1.472 | 64.302 |
| Imposto de renda e contribuição social | 10.2 | ‐ | ‐ |
| **Lucro líquido do exercício** |  | 1.472 | 64.302 |
| Lucro líquido básico e diluído por ação (em R$) | 12.4 | 0,001 | 0,03 |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |  |  |  |

#### Demonstração de Resultados Abrangentes

*Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nota** **2022** | | | **2021** |
| Lucro líquido do exercício |  | 1.472 | 64.302 |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado:  Ganhos (Perdas) atuariais com planos de benefícios definidos | 12.2 | ‐ | (27.416) |
| Outros resultados abrangentes total |  | ‐ | (27.416) |
|  |  |  |  |
| Resultado abrangente total |  | 1.472 | 36.886 |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |  |  |  |

#### Demonstração dos Fluxos de Caixa

*Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

**Nota**  **2022 2021**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** |  | | |
| Lucro líquido do exercício |  | 1.472 | 64.302 |
| Ajustes para: |  |  |  |
| Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros | 15 | (5.585) | (3.102) |
| Reversão atuarial de planos de pensão e saúde | 11.4 | ‐ | (111.387) |
| Baixas de materiais inservíveis |  | 343 | 3.208 |
| Atualização monetária sobre créditos fiscais (PIS/COFINS) a retituir |  | (2.716) | ‐ |
| Reversão de provisão com perda de créditos tributários |  | ‐ | (1.225) |
| Provisão para custo de retirada de patrocínio de planos de pensão | 11.4 | ‐ | 18.445 |
| Reversão de perda de créditos esperadas ‐ PCE |  | (226) | (409) |
| Reversão de perdas com processos judiciais e administrativos |  | (1.334) | ‐ |
| Ajustes ao valor de realização de estoques |  | ‐ | 699 |
| Reversão de despesas |  | (1.951) | ‐ |
| Redução (aumento) de ativos |  |  |  |
| Contas a receber |  | 532 | 677 |
| Estoques |  | 202 | (917) |
| Impostos e contribuições |  | 94.728 | 1.002 |
| Outros ativos |  | (1.612) | 5.492 |
| Aumento (redução) de passivos |  |  |  |
| Fornecedores |  | (901) | (3.263) |
| Impostos e contribuições |  | (11) | 24 |
| Salários, férias e encargos |  | 39 | (342) |
| Obrigações com liquidação de planos de pensão | 11.4 | (18.445) | ‐ |
| Encerramento do plano de saúde | 11.4 | (1.354) | ‐ |
| Outros passivos | | 22 1.471 | |
| **Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades operacionais** | | 63.203 (25.325) | |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos**  (Aplicação) resgate em recebíveis de ativos financeiros | | (27.798) 24.888 | |
| **Recursos líquidos gerados(utilizados) nas atividades de investimentos** | | (27.798) 24.888 | |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos**  Redução de capital | | (35.330) ‐ | |
| **Recursos líquidos utilizados pelas atividades de financiamentos** | | (35.330) ‐ | |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício** | | 75 (437) | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 74 | 511 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício** | | 149 | 74 |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | |  |  |

**ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.**

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. ‐ Petrobras)*

#### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

*Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

**Outros resultados abrangentes**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Capital subscrito e integralizado | Ganhos (perdas)  atuariais com planos  de benefícios definidos | Prejuízos acumulados | Total do  patrimônio  líquido |
| **Saldo em 1º de janeiro de 2021** | 2.497.051 | (37.479) | (2.300.446) | 159.126 |
| Lucro líquido do exercício |  |  | 64.302 | 64.302 |
| Outros resultados abrangentes |  | (27.416) |  | (27.416) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | 2.497.051 | (64.895) | (2.236.144) | 196.012 |
| Redução de capital | (35.330) |  |  | (35.330) |
| Lucro líquido do exercício |  |  | 1.472 | 1.472 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | 2.461.721 | (64.895) | (2.234.672) | 162.154 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstração do Valor Adicionado

*Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** | **2021** |  |  |
| **Receitas** |  |  |  |
| Outras receitas | 198 | 9.511 |  |
| Reversão de créditos esperadas ‐ PCE | 226 | 409 |  |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | 424 | 9.920 |  |
| Reversão no valor de recuperação de ativos | ‐ | 1.225 |  |
| Materiais | (1.600) | (1.894) |  |
| Energia, serviços de terceiros e outros | (14.222) | (18.369) |  |
| Outras despesas | (2.214) | (5.181) |  |
|  | (18.036) | (24.219) |  |  |
| Valor consumido bruto | (17.612) | (14.299) |  |  |
|  |  |  |  |  |
| Valor líquido consumido pela Companhia | (17.612) | (14.299) |  |  |
| **Valor adicionado recebido em transferência** |  |  |  |  |
| Receitas financeiras ‐ inclui variações monetária e cambial | 25.181 | 3.511 |  |  |
|  | 25.181 | 3.511 |  |  |
| Valor adicionado (consumido) a distribuir | 7.569 | (10.788) |  |  |
| **Distribuição do valor adicionado (consumido)** |  |  |  |  |
| **Pessoal e encargos** |  |  |  |  |
| Salários e participações ‐ pessoal cedido | 3.168 | 2.381 |  |  |
| Benefícios | 1.314 | (79.904) |  |  |
| FGTS | ‐ | 2 |  |  |
|  | 4.482 | (77.521) |  |  |
| **Tributos** |  |  |  |  |
| Federais | 1.399 | 1.240 |  |  |
| Estaduais | ‐ | 31 |  |  |
|  | 1.399 | 1.271 |  |  |
| **Instituições financeiras e fornecedores** |  |  |  |  |
| Juros, variações cambiais e monetárias | 216 | 1.160 |  |  |
|  | 216 | 1.160 |  |  |
| **Acionistas** |  |  |  |  |
| Lucro retido | 1.472 | 64.302 |  |  |
|  | 1.472 | 64.302 |  |  |
| Valor adicionado (consumido) distribuído | 7.569 | (10.788) |  |  |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |  |  |  |  |

#### Notas explicativas

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

### A Companhia e suas operações

A Araucária Nitrogenados S.A. “Araucária”, “ANSA” ou “Companhia” é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. A Companhia está localizada na cidade de Araucária, no Estado do Paraná, tinha como atividades principais, antes da hibernação, a industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos.

A Companhia apresentou déficits operacionais desde sua aquisição em 01 de junho de 2013 ocasionados pelas paradas programadas e, principalmente, pelas não programadas para atender às falhas sistêmicas relacionadas com a caldeira geradora de vapor da planta de fertilizantes. Somente no ano de 2015 o resultado líquido e o fluxo de caixa ajustado (Ebitda – Lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização) da Companhia foram positivos e a planta operou com Fator de Utilização – FUT de 84%. Nos demais exercícios de 2014 a 2019 o FUT médio apresentado variou entre 52% e 56%. Em função disso, a Companhia vem realizando, anualmente, teste de impairment e, em 2018, baixou totalmente o imobilizado. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para perda era de R$ 251.217 (R$ 297.742 em 31 de dezembro de 2021).

Devido à perspectiva de manutenção das características do seu mercado de atuação e às projeções de resultado negativo, a continuidade operacional da ANSA não se mostrava viável economicamente, e por esta razão a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, acionista controladora, em 13 de janeiro de 2020, aprovou que a Araucária Nitrogenados executasse o Plano de Hibernação com desligamento de todos os empregados próprios, incluindo o pagamento de abono pecuniário adicional às verbas rescisórias legais e a extensão do prazo de benefícios. Atualmente, a Planta encontra‐se hibernada de forma segura, as atividades relacionadas com a hibernação da planta, manutenção, limpeza, segurança e demais atividades administrativas da Unidade estão sendo conduzidas por uma equipe de 6 empregados cedidos pela sua controladora Petrobras, mais um efetivo de aproximadamente 70 colaboradores terceirizados.

A Companhia mantém contrato de compartilhamento de gastos com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

* 1. **Planta hibernada e retomada do processo de desinvestimento**

Na situação de hibernada, a Companhia concluiu algumas ações de otimização de recursos que vinham sendo implantadas com a finalidade de minimizar o custo financeiro de sua planta hibernada, como leilões de sucatas, de embalagens e de produtos intermediários, cancelamento de pedidos de compra, distratos e redução dos contratos de serviços.

O Conselho da Administração da Petrobras autorizou, em reunião de 29 de janeiro de 2020, o aporte de capital na Companhia no montante de até R$ 859.000. Desse aporte autorizado, até 31 de dezembro de 2022, foi efetivado o aporte de R$670.000 com o objetivo equilibrar a necessidade de caixa operacional da Companhia.

Em face do recebimento de créditos fiscais em 2022, no montante de R$ 76.945 (nota 10.1), a Companhia considera a existência de recursos suficientes para garantir a quitação de compromissos assumidos, não sendo necessário novo aporte da controladora em 2023.

Em 17 de setembro de 2020, a sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. ‐ Petrobras divulgou ao mercado teaser para a alienação da totalidade de sua participação acionária na ANSA.

Em 19 de dezembro de 2022 a Petrobras informou que foi aprovado o encerramento do processo competitivo, que estava na fase vinculante, para venda da totalidade de suas ações.

A Petrobras avaliará seus próximos passos relacionados ao desinvestimento do ativo em questão reforçando o seu compromisso com a ampla transparência de seus projetos de desinvestimento e de gestão de seu portfólio.

Esta operação está alinhada à otimização de portfólio e à melhora de alocação do capital de sua Controladora, visando a maximização de valor para seus acionistas.

Próximas etapas referentes ao desinvestimento da ANSA serão divulgadas oportunamente ao público externo.

### Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 1º de março de 2023, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

* 1. **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado ‐ DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tal riqueza foi distribuída. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 ‐ Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

* 1. **Moeda funcional**

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação (hibernação). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

* 1. **Instrumentos financeiros**

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

* + 1. **Ativos financeiros**

1. **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

1. **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

* Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
* Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
* Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.
  + 1. **Passivos Financeiros**

1. **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

1. **Classificação e mensuração subsequente**

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

A companhia não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa.

### Estimativas e julgamentos relevantes

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

* 1. **Benefícios concedidos a empregados (pós‐emprego)**

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

* Taxa de desconto ‐ compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
* Taxa de variação de custos médicos e hospitalares ‐ premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capta*) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

A Companhia liquidou em 2022 todas as suas obrigações com benefícios pós emprego, conforme detalhado na nota 11.4.

* 1. **Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências**

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 16.

* 1. **Perdas de créditos esperadas**

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras.

Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

### Novas normas e interpretações

* 1. **International Accounting Standards Board (IASB)**

A companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ‐ CPC, que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais normativos contábeis emitidos pelo IASB, e que não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2022.

**Norma Descrição**

O IFRS 17 substitui o IFRS 4 ‐ Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os

**Data de vigência e disposição transitória**

1º de janeiro de

*IFRS 17 – Insurance Contracts and*

*Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts*

*Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2*

*Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8*

*Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction – Amendments to IAS 12*

*Lease Liability in a Sale and Leaseback ‐ Amendments to IFRS 16*

*Classification of Liabilities as Current or Non‐current / Non‐ current Liabilities with Covenants‐ Amendments to IAS 1*

requisitos que devem ser aplicados, por emissores de contratos de seguros e resseguros no

escopo da norma, e para contratos de resseguros mantidos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.

Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade.

De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas contábeis”: valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.

As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor‐arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo ‐ que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda ‐ e retroarrendamento

As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.

Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.

2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.

1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva para as emendas ao IAS 1.

1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva.

1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.

1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.

1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia não estima impactos materiais da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia ainda está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

* 1. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2022, bem como os IFRS equivalentes:

**Pronunciamento, revisão ou**

**interpretação do CPC**

**IFRS equivalente**

**Data de vigência**

*Pronunciamento Técnico CPC 50 IFRS 17 – Insurance Contracts* 1º de janeiro de 2023

*Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20*

*Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21*

*Definition of Accounting Estimates (Amendments to IAS 8) (Amendments to IAS12)*

*Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction Disclosure of Accounting Policies (Amendments to IAS 1)*

*IFRS 17 – Insurance Contracts Amendments to IFRS 17*

*Initial Application of IFRS 17 and IFRS 9 Comparative Information (Amendments to IFRS 17)*

1º de janeiro de 2023

1º de janeiro de 2023

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

|  |  |
| --- | --- |
| **6. Contas a receber** |  |
| **6.1. Contas a receber, líquidas** |
|  | **2022 2021** |
| Terceiros | 4.325 4.608 |
| Partes relacionadas (nota 9) |  |
| Contas a receber por venda | ‐ 249 |
| Perdas de créditos esperadas ‐ PCE | (4.325) (4.551) |
|  | ‐ 306 |
| Contas a receber ‐ FIDC (nota 9) (i) | 92.918 59.535 |
|  | 92.918 59.841 |

(i) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC‐NP). O FIDC‐NP é exclusivo da Petrobras e suas Controladas, destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por controladas da Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC‐NP, é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é, principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 17.

**Prática contábil**

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com exceção dos recebíveis do FIDC.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito histórica com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **6.2. Movimentação das perdas de créditos esperadas ‐ PCE** |  | |
|  | **2022** | **2021** |
| Saldo inicial | (4.551) | (4.960) |
| Reversão | 226 | 409 |
| Saldo final | (4.325) | (4.551) |
| **6.3. Contas a receber vencidos – clientes terceiros** |  |  |
|  | **2022** | **2021** |
| De 6 a 12 meses | ‐ | 57 |
| Acima de 12 meses | 4.325 | 4.551 |
|  | 4.325 | 4.608 |

### Estoques

**2022 2021**

Produtos acabados ‐ ‐

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Ureia | 2 | 2 |
| Arla | 17 | 17 |
| Outros | 403 | 403 |
| Provisão para ajuste ao valor de realização (i) | (422) | (422) |

Materiais e suprimentos (ii) 8.121 8.666

**8.121 8.666**

1. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou os seus estoques e decidiu pela constituição da provisão para perdas na realização de estoque de produtos acabados uma vez que o seu custo foi superior ao valor de venda, deduzidos os custos de comercialização e impostos sobre venda.
2. Materiais e suprimentos, foi constituído um comitê de licitação e foram lançados dois leilões, publicados no Diário Oficial da União – “DOU” em 13 de agosto de 2020 e 24 de agosto de 2020, sendo mantidas ações visando a alienação e/ou realização de novo leilão desses materiais. Em 2022, as baixas de materiais considerados inservíveis atingiram R$ 343 (R$ 3.208 em 2021) (nota 14).

##### Prática contábil

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreendem, principalmente, materiais e suprimentos para manutenção, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao seu valor contábil.

Materiais, suprimentos e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição.

### Fornecedores

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2022** | **2021** |
| Terceiros no país | 788 | 1.933 |
| Partes relacionadas (Nota 9) | 244 | ‐ |
|  | 1.032 | 1.933 |

### Partes relacionadas

* 1. **Transações comerciais e outras operações**

A Companhia segue a política com partes relacionadas da Petrobras e suas participações societárias, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

**2022 2021**

Ativo Circulante

Contas a receber, líquida

Petróleo Brasileiro S.A. ‐ Petrobras

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Contas a receber ‐ FIDC | 92.918 | 59.535 |
| Contas a receber por venda | ‐ | 249 |
|  | 92.918 | 59.784 |

Passivo Circulante Fornecedores

Petróleo Brasileiro S.A. ‐ Petrobras

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Compartilhamento de custos, despesas e pessoal cedido | 244 | ‐ |
|  | 244 | ‐ |

Resultado

Receitas (Despesas) operacionais Petróleo Brasileiro S.A. ‐ Petrobras

Compartilhamento de custos, despesas e pessoal cedido (5.814) (7.063) Outras receitas (i) ‐ 7.705

Resultado financeiro

Petróleo Brasileiro S.A. ‐ Petrobras ‐ receita financeira ‐FIDC 5.585 3.102

(229) 3.744

(i) Veja nota 14 (iii).

* 1. **Remuneração da administração da Companhia**

Os Membros da Diretoria exercem funções gerenciais na Controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Companhia.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam funcionários contratados, em face da hibernação da planta industrial, ocorrida no primeiro trimestre de 2020.

### Tributos

* 1. **Tributos correntes**

**Imposto de renda e contribuição social Ativo Circulante**

**2022 2021**

Imposto de renda 7.808 6.486

Contribuição social 8 5

7.816 6.491

**Demais impostos e contribuições Ativo Circulante Ativo não Circulante Passivo Circulante**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** | **2022** | **2021** |
| ICMS (i) e (iii) | ‐ | ‐ | ‐ | 35.054 | ‐ | ‐ |
| PIS/COFINS (ii) e (iii) | ‐ | ‐ | 52.078 | 110.361 | ‐ | ‐ |
| Imposto de renda retido de terceiros | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | 10 | 9 |
| Outros | ‐ | ‐ | ‐ | ‐ | 14 | 26 |
|  | ‐ | ‐ | 52.078 | 145.415 | 24 | 35 |

1. Os créditos de ICMS são originados da aquisição de insumos de produção e de materiais incorporados ao imobilizado, e inclui créditos habilitados no Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados do Paraná (SISCRED), no montante de R$ 35.330, que, em 2022, foram transferidos para a controladora Petrobras, através de redução de capital (nota 12).
2. Os créditos de PIS/COFINS são originados das aquisições de insumos de produção e do imobilizado, de acordo com as leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003 e inclui a parcela R$ 52.078 (R$ 110.361 em 31 de dezembro de 2021), com pedido de restituição já protocolados junto à Receita Federal do Brasil (“RFB”). Em 2022, a RFB restituiu créditos no montante de R$ 76.945.
3. A Companhia, em razão da decisão de hibernação da planta de industrial e a consequente paralisação das atividades mercantis geradoras de débitos desses tributos, realiza o teste recuperabilidade dos créditos fiscais e mantém provisão para perdas de R$ 280.987 (sendo R$ 83.857 de PIS/COFINS e R$ 197.130 de ICMS), em 31 de dezembro de 2022 (R$ 303.698 em 31 de dezembro de 2021). Os saldos apresentados na tabela acima já se encontram líquidos de tal provisão.
   1. **Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2022** | **2021** |
| Lucro antes dos impostos | 1.472 | 64.302 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%) | (500) | (21.863) |
| Ajustes para apuração da alíquota efetiva: |  |  |
| Adições/exclusões permanentes, líquidas | (3.287) | 6.348 |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | (22.445) | (20.824) |
| Provisão para perdas de estoques | ‐ | 158 |
| Planos de pensão e saúde | ‐ | 13.853 |
| Provisão para perdas com créditos fiscais | 10.016 | 416 |
| Perdas por desvalorização de ativos | 15.643 | 22.296 |
| Outros | 573 | (384) |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | ‐ | ‐ |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | ‐ | ‐ |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | ‐ | ‐ |
|  | ‐ | ‐ |
| Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social | 0,0% | 0,0% |

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável, nas atuais circunstâncias, que os lucros tributários futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes impostos.

##### Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

##### Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro baseia‐se em estudo técnico, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

### Benefícios concedidos a empregados

##### Plano Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia era, até o seu encerramento, responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

* 1. **Plano Petros Ultrafértil**

Enquanto vigente, tratava‐se de um plano de previdência complementar de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício definido concedido pela Previdência Social.

* 1. **Outros planos**

A Companhia, também, patrocinava um plano de assistência médica, cujo benefício concedido era a extensão da assistência médica, no desligamento da Companhia ou por aposentadoria, para os empregados que efetuavam contribuição fixa para o plano, conforme previsto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98. O plano assistencial era contratado junto à operadora Central Nacional Unimed.

* 1. **Retirada de patrocínio e liquidação dos planos de pensão e saúde Planos de pensão**

O processo de retirada de patrocínios dos planos Petros 2 e Petros Ultrafértil passou por todas as instâncias de aprovação, tendo sua publicação pela PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), autarquia responsável pela aprovação das retiradas de patrocínio dos planos de previdência, conforme Portaria de 21 de dezembro de 2021 e no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2021 para ambos os planos.

Com a aprovação definitiva da retirada dos referidos planos, foram apurados ganho com o encerramento do saldo do passivo atuarial nos planos de pensão (R$ 61.377 e um reconhecimento de perda em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, no montante de R$ 30.460) e registrada as obrigações com liquidação de planos de pensão com a Petros, no valor de R$ 18.445, em 31 de dezembro de 2021. Em abril de 2022, as obrigações com liquidação de planos de pensão, após atualização do valor estimado da dívida em R$ 5.604, foram liquidadas pelo montante total de R$ 24.049.

**Plano de saúde**

Com a revisão atuarial de 31 de dezembro de 2021, ocorreu a liquidação, substancial do passivo, tendo um reconhecimento positivo, no resultado, de R$ 50.010, bem como reconhecimento de ganho R$ 3.044, em outros resultados abrangentes.

Em julho de 2022, ocorreu o encerramento do prazo das obrigações firmadas no Tribunal Superior do Trabalho (TST), dentre elas o término da prorrogação do contrato com plano de saúde Unimed e, com a quitação de todos os compromissos até então pactuados., a Companhia emitiu um comunicado aos empregados demitidos sobre a extinção do plano.

Em razão da não continuidade do contrato do plano de saúde, a Companhia avaliou que o benefício foi extinto e realizou a baixa do saldo remanescente do passivo atuarial de R$ 1.354 no terceiro trimestre de 2022.

Demonstrativo, na DRE, do efeito da liquidação do passivo atuarial:

|  |  |
| --- | --- |
| Efeito da liquidação do passivo atuarial | 2022 2021 |
| Liquidação do passivo atuarial | 1.354 111.387 |
| Despesa com a retirada de patrocínio | (5.604) (18.445) |
| Efeito líquido no resultado | (4.250) 92.942 |

##### Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica eram provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros foram reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

### Patrimônio líquido

* 1. **Capital social realizado**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital subscrito e integralizado no valor de R$ 2.461.721 e R$ 2.497.051, está representado por 2.461.720.916 e 2.497.051.443 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, respectivamente.

**Redução de capital**

Em Assembleia Geral Extraordinária (”AGE“), de 8 de julho de 2022, o acionista aprovou a redução do capital social, no valor de R$ 35.330, com a cessão para a Petrobras, em montante equivalente de créditos de ICMS, regularmente habilitados no Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados – SISCRED, do Estado do Paraná (nota 10.1 (i)).

* 1. **Outros resultados abrangentes**

Até 2021, a Companhia reconheceu perda líquida de R$ 27.416 com remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica, sendo perda de R$ 30.460 com planos de pensão e ganho de R$ 3.044 com plano de saúde (nota 11.4).

Em 2022, conforme nota explicativa nº 11.4, os planos de benefícios foram extintos.

* 1. **Prejuízos acumulados**

O prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2022 alcançou o montante de R$ 2.234.672, tendo a Companhia apurado um lucro no exercício de R$ 1.472 (R$ 64.302 em 2021). Esse resultado decorre, principalmente, pelo resultado financeiro positivo, em função rendimentos de aplicações financeiras e atualização monetária de impostos (PIS/COFINS) a restituir.

* 1. **Resultado por ação**

**2022 2021**

Lucro líquido atribuível aos acionistas da Araucária Nitrogenados 1.472 64.302

Quantidade de ações ordinárias 2.461.720.916 2.497.051.443

Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária (R$ por ação) 0,001 0,03

### Despesas por natureza

**2022 2021**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Gastos com pessoal cedido (i) | (4.482) | (15.421) |  |
| Reversão (gastos) com planos de pensão e saúde (nota 11.4) | (4.250) | 92.942 |
| Materias | (1.600) | (1.894) |
| Serviços contratados (ii) | (14.222) | (18.369) |
| Reversão de provisão para perda na recuperação de créditos tributários | ‐ | 1.225 |
| Tributárias | (1.399) | (1.216) |
| Reversão (perdas) com processos judiciais | 689 | (4.241) |
| Cessão de créditos (iii) | ‐ | 9.511 |
| Reversão de despesas (iv) | 1.951 | ‐ |
| Outras despesas | (180) | (586) |
|  | **(23.493)** | **61.951** |  |
| **Na Demonstração do Resultado** |  |  |  |
| Despesas com vendas | ‐ | 364 |  |
| Despesas gerais e administrativas | (318) | (1.995) |  |
| Tributárias | (1.399) | (1.216) |  |
| Reversão para perda com impostos | ‐ | 1.225 |  |
| Efeito líquido de liquidação de planos de pensão e saúde | (4.250) | 92.942 |  |
| Outras receitas (despesas) líquidas | (17.526) | (29.369) |  |
|  | **(23.493)** | **61.951** |  |

1. A redução deve‐se à hibernação da planta industrial.
2. Redução devido aos menores gastos com conservação e manutenção da planta industrial, em função da hibernação.
3. Refere‐se, substancialmente (R$ 7.705), a cessão à Petrobras, no primeiro trimestre de 2021, de créditos junto à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica ‐ CCEE, em função de diferença valorada ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.
4. Refere‐se a depósitos judiciais que, originalmente, foram registrados com despesas.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **14. Outras despesas líquidas** |  | |
|  | **2022** | **2021** |
| Multas contratuais aplicadas a clientes | 45 | 57 |
| Perdas com processos judiciais (i) | (645) | (4.241) |
| Reversão de provisão para contingências com processos judiciais | 1.334 | ‐ |
| Equipamentos fora de operação (ii) | (20.408) | (33.054) |
| Receitas eventuais (iii) | 198 | 9.511 |
| Baixa de materiais inservíveis | (343) | (3.208) |
| Resultado de atividades não‐fim | 170 | 1.729 |
| Reversão de despesas | 1.951 | ‐ |
| Outras | 172 | (163) |
|  | (17.526) | (29.369) |

1. Perdas com processos judiciais trabalhistas.
2. Referem‐se a gastos com manutenção de equipamentos parados e fora de operação, em virtude do processo de hibernação.
3. Em 2021, refere‐se, substancialmente (R$ 7.705), a cessão, à Petrobras, de créditos junto à Câmara Comercializadora de Energia Elétrica ‐ CCEE, em função de diferença valorada ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

### Resultado financeiro, líquido

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2022** | **2021** |
| **Receita financeira** | **6.046** | **3.511** |
| Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros | 5.585 | 3.102 |
| Juros recebidos de clientes | 182 | 297 |
| Juros sobre depósitos judiciais | 279 | 112 |
| **Despesas financeiras** | **(216)** | **(4)** |
| Despesas financeiras ‐ terceiros | (1) | (3) |
| Despesas financeiras ‐ baixa de títulos | (215) | ‐ |
| Despesas financeiras ‐ direito de uso bens terceiros | ‐ | (1) |
| **Variações monetárias e cambiais, líquidas** | **19.135** | **(1.156)** |
| Atualização monetária sobre impostos a recuperar/restituir (i) | 19.307 | 248 |
| Atualização sobre depósitos judidiais | (59) | (1.257) |
| Atualização monetária sobre outros passivos | (113) | (147) |
| **Total** | **24.965** | **2.351** |

1. Refere‐se a atualização monetária sobre impostos (PIS/COFINS) restituídos e com pedidos de restituição junto a RFB

### Processos judiciais e contingências

* 1. **Processos judiciais provisionados, Depósitos Judiciais e Processos Judiciais não provisionados**

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Depósitos judiciais** | **2022** | **2021** |
| Trabalhistas (i) | 3.897 | 315 |
|  | 3.897 | 315 |
|  |  |  |
| **Processos judiciais provisionados** | **2022** | **2021** |
| Trabalhistas | 409 | 1.743 |
|  | 409 | 1.743 |

(i) O acréscimo deve‐se, substancialmente, a reversão de despesas, conforme nota explicativa 13 (iv).

Os processos judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados, a menos que a expectativa de ocorrer qualquer desembolso seja remota.

##### Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **Estimativa** |
| **Natureza** | **2022** | **2021** |
| Cíveis | 12.348 | 8.737 |
| Fiscais | 27.153 | 18.900 |
| Trabalhistas | 164.739 | 163.589 |
|  | 204.240 | 191.226 |
| **Descrição dos processos de natureza trabalhista:** |  | **Estimativa** |
|  | **2022** | **2021** |
| **Autor: SINDIQUÍMICA**  1) Indenização trabalhista destacando‐se ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR). |  |  |
|  | 142.222 | 148.728 |
| **Autor: Pessoas físicas ‐ diversas** |  |  |
| 2) Outros processos trabalhistas de diversos autores | 22.517 | 14.861 |
| Total | 164.739 | 163.589 |
| **Processos administrativos:** |  |  |
| **Autor: Prefeitura do Município de Araucária:** |  |  |
| 3) Auto de Infração 217/2019, da Prefeitura do Município de Araucária referente cobrança de ISS. |  |  |
|  | 27.153 | 18.900 |
| **Autores: Diversos** |  |  |
| 4) Outros processos de diversos autores | 12.348 | 8.737 |
| Total | 39.501 | 27.637 |
| **16.2. Processos judiciais sob responsabilidade de terceiros** |  |  |

O contrato de compra e venda celebrado, em 2013, por ocasião da compra da totalidade das ações da Companhia que pertenciam a Vale Internacional pela Petrobras, definiu que as ações judiciais de competência anterior à data da aquisição seriam de responsabilidade da parte vendedora, cabendo a essa o direito de defesa e a obrigação de desembolso em caso de perdas judiciais.

### Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados, principalmente, à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pela Petrobras e suas controladas. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro, não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

A Companhia reconhece o contas a receber, no momento inicial, pelo valor da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensura pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzido das perdas com crédito de liquidação duvidosa.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2022** | **2021** |
| **Ativo**  Circulante  Caixa e equivalentes de caixa | 149 | 74 |
| Contas a receber, líquidas | ‐ | 306 |
| Contas a receber ‐ FIDC | 92.918 | 59.535 |
|  | 93.067 | 59.915 |
| **Não circulante** |  |  |
| Depósitos judiciais | 3.897 | 315 |
|  | 3.897 | 315 |
| **Passivo**  Circulante Fornecedores | 1.032 | 1.933 |
| Outras contas e despesas a pagar | 623 | 1.138 |
|  | 1.655 | 3.071 |

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e de contas a pagar estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

O Contas a receber‐FIDC, conforme divulgação (nota 6.1), está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

1. **Risco de crédito**

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

A Companhia procura mitigar o risco de crédito associado aos seus clientes principalmente com base no histórico de operações e recebimento e com base em análise de crédito.

1. **Risco de liquidez**

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazos, transações de vendas e aportes da Controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

1. **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A ‐ Petrobras)*

#### Diretoria Executiva

FELIPE LEONARDO GOMES

Diretor Presidente

HERBERT LUÍZ DE ARAÚJO GUIMARÃES ALESSANDRO MOISÉS SERRANO

Diretor Financeiro Diretor Administrativo e Jurídico

ROBSON HONORATO

Contador CRC‐RJ ‐ 086.473/O‐7